

“Essa agressão é inaceitável”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“Essa agressão ao Parlamento é inaceitável, um desserviço à democracia, que favorece o retorno à ditadura” — reagiu, visivelmente tenso, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, ao texto-legenda do *Jornal de Brasília*. Ele telefonou ao proprietário do jornal, deputado Jaime Câmara (PDS-GO), protestando contra a matéria. Depois, por sugestão do primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), reuniu a Mesa diretora para elaborar uma nota oficial.

Após trocar idéias com os demais membros da Mesa, Ulysses deixou meio apresado o edifício do Congresso para almoçar com o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), almirante José Maria do Amaral, em companhia do líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga. À tarde, houve nova reunião da Mesa, no gabinete do quarto-secretário, José Frejat.

Antes disso, o deputado Humberto Souto, meio exaltado, comentava que há uma campanha para fechar o Congresso e, com isso, evitarem-se as denúncias e as investigações de corrupção. “Essas agressões contra o Legislativo têm o objetivo de proteger os corruptos e a corrupção” — desabafava ele.

Enquanto a nota da Mesa não era conhecida, o ambiente era de revolta na Câmara e no Senado. O presidente do Congresso, senador José Fragelli (PMDB-MS), porém, mantinha a calma. “Na minha opinião, infelizmente, isso faz parte da luta política” — limitou-se a comentar, observando ter sido muito procurado por senadores irritados com a matéria do *Jornal de Brasília*. “Vou esperar a nota de Ulysses para resolver o que devo fazer” — concluiu.

Na reunião da Mesa da Câmara, à tarde, o deputado Epitácio Cafeteira (PMDB-MA) sugeriu que a nota manifestasse sua solidariedade ao Senado e Humberto Souto propôs que o texto fizesse referências às denúncias e investigações do Congresso sobre corrupção. Foi atendido.

A deputada Bete Mendes (sem partido-SP) comentava com jornalistas, em um canto do plenário: “Vocês repararam que a imprensa jogou para segundo plano os grandes escândalos da Delfin, Capemi, Coroa-Brastel, o caso Baumgarten? Agora só vêm atacar o Parlamento”.

Pimenta da Veiga, por sua vez, afilava que o Congresso deseja modernizar a administração do País “e isso fere privilégios”. Após um olhar significativo, acrescenta: “Talvez esteja aí a origem da reiteração dos ataques ao Legislativo, muitos deles

inteiramente improcedentes”. Para Pimenta da Veiga, a matéria do *Jornal de Brasília* “é um deboche ao Legislativo”.

“Lamento profundamente o que está acontecendo. A foto revela o desasco com que a imprensa tem tratado a instituição, uma das mais importantes da democracia e, seguramente, a mais representativa de todas”, disse o líder do governo na Câmara. “Se não há uma campanha orquestrada contra o Legislativo, há, com certeza, um grande desrespeito à atividade parlamentar”, concluiu ele.

O deputado Humberto Souto revelou que a Mesa da Câmara não mais tolerará agressões à Casa e confirmou que houve atos e sugestões para que o Legislativo cassasse as credenciais dos repórteres do *Jornal de Brasília*, idéia que não contou com o apoio dos parlamentares.

O deputado Jaime Câmara, proprietário do *Jornal de Brasília* e também do jornal *O Popular*, de Goiânia, além de emissoras de rádio e televisão na capital da República e no Estado de Goiás, é um dos deputados mais ausentes no plenário. Contatado, por telefone, por Ulysses Guimarães, o deputado-empresário também disse que repudiava a matéria do seu jornal.

Não há estudos nas Mesas da Câmara e do Senado para promover ação na Justiça aos que estariam, segundo seus dirigentes, “deneigrindo e solapando o Poder Legislativo”. Mas há estudos para a requisição de rede nacional de rádio e televisão para o Congresso “exercer o legítimo direito de defesa”, conforme anunciou Ulysses Guimarães, após entendimento com o presidente do Senado, José Fragelli.

Embora criticada na sua forma e estilo, a nota do senador Fragelli agradou mais aos deputados do PDS. Segundo eles — conforme revelaram Amaral Netto e Bonifácio de Andrada —, a nota de Ulysses teve conotação partidária, “dividindo a Câmara entre aliancistas e não aliancistas”. Os deputados referiam-se aos adeptos da Aliança Democrática.

Alguns pedessistas queriam reclamar do presidente Ulysses Guimarães o “tom partidário” da nota, com referências à campanha das eleições diretas, à luta de Teotônio Villela pela anistia, à extinção do Colégio Eleitoral, “como se fossem conquistas do PMDB”, deixando de lado — acreditam esses parlamentares — o assunto principal que motivou a elaboração do texto, isto é, a defesa da instituição do Senado e da Câmara frente ao ataque publicado em texto-legenda pelo *Jornal de Brasília*.